

Ministros da Saúde e da Justiça falam sobre a Operação Vampiro



ESCLARECIMENTOS Ney Suassuna (E) preside a CFC, que, a pedido de Arthur Virgílio, realiza audiência com ministros

Para debater detalhes da chamada Operação Vampiro, a Comissão de Fiscalização e Controle realiza audiência pública nesta quarta-feira com os ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. A investigação feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público apura irregularidades em processos de licitação de hemoderivados. A suspeita

do esquema de fraude foi denunciada por Humberto Costa em 18 de março do ano passado. Depois de um ano e dois meses apurando o caso, a Polícia Federal determinou a apreensão de documentos em vários locais e a prisão de suspeitos, acusados de tráfico de influência, favorecimento em licitações e corrupção passiva. O requerimento propondo a audiência foi apresentado pelo senador Arthur Virgílio.

Página 3

Comissão examina amanhã parcerias público-privadas

Página 3



PRESERVAÇÃO Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, foi criado em 1989 para proteger vários ecossistemas

Senadores elogiam medidas de proteção ao meio ambiente

Sibá Machado faz balanço da atuação do Ministério do Meio Ambiente. Serys Shlessarenko afirma que pavimentação da BR-163 evitará destruição ambiental.

Página 7

Unilegis faz seminário sobre ensino a distância

A Unilegis promove seminário sobre ensino a distância. Os debates serão transmitidos por videoconferência.

Página 2

Especial mostra os direitos do estagiário

O *Especial Cidadania* de hoje traz informações ao estudante que é estagiário ou está procurando estágio.

Página 8



VALOR Heloisa defende um salário mínimo de R\$ 320. Segundo Suplicy, ainda há espaço para dialogar com o governo sobre o reajuste

Medida que reajusta o salário mínimo vai a debate em Plenário

A medida provisória (MP) que reajusta o salário mínimo para R\$ 260 já chegou ao Senado e pode ser incluída logo na pauta de votações. Outras quatro MPs precisam ser examinadas antes, entre elas a que antecipa as transferências de recursos da Cide em caso de calamidades climáticas.

Página 5

Unilegis realiza seminário sobre ensino a distância

Começa hoje e termina na quarta-feira, no Auditório Programa Interlegis, o Seminário Internacional de Ensino a Distância, promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). A abertura será feita pelo 1º secretário, senador Romeu Tuma (PFL-SP), às 9h, e será transmitida para as 26 assembleias legislativas e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O vice-reitor da Unilegis, Heitor Gurgulino de Souza, proferirá a palestra "A Unilegis e seus objetivos: a educação a distância". As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.senado.gov.br/educacao-distancia. Mais informações pelo telefone 311-5201.

CPI decide se convida governador para audiência

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura as responsabilidades pelo contrabando de sementes transgênicas de soja e pelo plantio ilegal do grão reúne-se na quarta-feira, a partir das 9h, para decidir sobre questões administrativas e requerimentos encaminhados pelos senadores.

Um deles, apresentado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), que é presidente da comissão, solicita que o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), seja convidado a debater os transgênicos com os integrantes da CPI.

Agenda



No Plenário, MP da Cide é o primeiro item

A sessão de hoje, às 14h30, é destinada a discursos dos senadores, sem a votação de matérias. Amanhã, no mesmo horário, os senadores retomam a análise dos projetos de conversão e medidas provisórias que trancam a pauta de votações. O primeiro item a ser examinado autoriza a antecipação de recursos arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Papel do Conselho de Comunicação em debate

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, reúne-se hoje às 14h para fazer análise do seu papel. O debate conta com a presença do diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando

Rolleberg. Já o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkarian, fala sobre a lei que regulamenta o sistema de radiodifusão via cabo.

Ministros explicam Operação Vampiro na CFC



A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que se reúne nesta quarta às 10h, vai ouvir os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e da Saúde, Humberto Costa. Eles prestam esclarecimentos sobre a Operação Vampiro, que investigou irregularidades na compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde, especialmente os hemoderivados, usados no tratamento da hemofilia.

CAE discute PPPs e transparência orçamentária

Amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) continua a discussão do projeto que normatiza a licitação e contratação de parceria público-

privada (PPP) no âmbito da administração pública (PLC 10/04). A CAE analisa ainda proposta (PLS 130/03) determinando que informações sobre a

execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem estar à disposição do público.

Homenagens a JK e Milton Santos

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã para votar projeto (PLS 87/04) que estabelece garantias de privacidade aos usuários de programas de computador. Além disso, serão votadas propostas para dar o nome de Presidente Juscelino Kubitschek à Rodovia BR-020, que liga Brasília a Fortaleza (PLC 7/04), e Rodovia Milton Santos (foto) à BR-242, que liga Brasília à Bahia, atravessando a Chapada Diamantina e o Oeste Baiano (PLC 13/03).



Na CMO, metas fiscais

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, participa de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne amanhã, às 14h30. O secretário fala sobre a avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao primeiro quadrimestre de 2004.

Senadores com Kofi Annan

Na quarta-feira, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) escolherá os senadores que terão encontro neste mês com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em São Paulo. O representante brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Carlos Lopes, participa da reunião.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



DIFICULDADES Tuma explica que certidões negativas de débito inviabilizam contratos

Tuma: Santas Casas merecem tratamento diferenciado

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu ao governo que estude mudanças na Lei de Licitações para excluir as Santas Casas da obrigação de comprovar que não têm débitos tributários na hora de celebrar contratos.

O parlamentar explicou que as entidades filantrópicas estão protegidas, pela Constituição federal, contra a tributação da União, estados, Distrito Federal e municípios sobre seu patrimônio, renda ou serviços.

No entanto, a Lei de Licitações exige que apresentem certidões negativas de débito quando forem celebrar contratos. O senador disse que, como nem todos os estados e municípios estão organizados para a pronta emissão dessas certidões, freqüentemente elas atrasam, provocando problemas na hora de assinar os contratos.

– O sistema de saúde em nosso país deve funcionar de forma integrada, com a conjugação de esforços públicos e privados. Mas as entidades reconhecidas filantrópicas devem receber tratamento e atenção diferenciados por parte do governo, uma vez que atuam exatamente nas áreas de maior carência da presença do poder público.

Ele disse que a manutenção das Santas Casas está sendo feita quase em caráter emergencial, muitas dependendo da iniciativa de particulares ou de operações de crédito, que, geralmente, só são realizadas quando o sistema já se encontra à beira da insolvência.

– Ainda assim, as Santas Casas procuram manter a qualidade de seus serviços e são muitas as unidades consideradas como centros de excelência, constituindo-se em importantes referências regionais.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rolleberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Círiilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



PELA REJEIÇÃO Leomar Quintanilha é relator de projeto que tramita na CAS

Servidor responsável por deficiente pode obter benefício

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina nesta quarta-feira o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio e proteção aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou men-

tais. Entre as medidas que poderão ser adotadas estão redução na carga horária de trabalho, na dependência de cada situação específica, e a adoção de horário especial ou móvel, para cumprimento de carga horária definida.

Pelo projeto (PLS 313/99), a concessão dos benefícios obedecerá a parâmetros e critérios a serem definidos pelo próprio Executivo. Deverão ser levados em conta o grau de deficiência, o nível socioeconômico do servidor e o número de portadores de deficiência sob sua responsabilidade. A remuneração não será reduzida, em nenhuma hipótese.

O texto é do ex-senador Geraldo Cândido e o parecer do relator, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), defende a rejeição da proposta.

Também poderá ser votado pela CAS o projeto de lei (PLS 145/02) do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que cria a profissão de agente comunitário de saúde. O parecer do relator, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), é pelo arquivamento.

Garibaldi pede esforço concentrado do Congresso

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) conclamou o Congresso a fazer um esforço concentrado destinado a votar, antes do recesso parlamentar de julho, matérias consideradas vitais para o país e a sociedade, a começar pelo reajuste do novo salário mínimo, a reforma do Poder Judiciário, a proposta de emenda à Constituição (PEC) paralela da Previdência Social – que tramita na Câmara – e o projeto que reduz o número de vereadores.

– Trata-se de uma pauta extensa e densa que necessita ser apreciada com urgência pelo Senado – alertou Garibaldi, para quem as matérias, pela importância que representam, não podem sofrer qualquer adiamento. Ele também observou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem que ser votada até 30 de junho. Do contrário, por força de lei, o Congresso não poderá entrar em recesso.

Ao falar sobre o discurso de posse do novo presidente do



IMPORTÂNCIA Garibaldi Alves diz que há matérias vitais em exame no Parlamento

Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, o senador elogiou o ministro. Para Garibaldi, as palavras do magistrado merecem “sérias reflexões”, já que fez uma análise detalhada da realidade brasileira ao longo dos anos, chegando a chamar atenção para a extrapolação das atribuições e prerrogativas do próprio Judiciário.

Segundo o senador, que compareceu à posse, o discurso do novo presidente do STF deve servir de rota para todos os brasileiros, principalmente quando disse que cada um, incluindo os membros dos Poderes da República, deve cumprir o seu papel.



ESCLARECIMENTO Integrantes da CFC aprovaram pedido de audiência pública, prevista para quarta-feira

Ministros falam sobre a Operação Vampiro

Humberto Costa e Márcio Thomaz Bastos devem participar de debate na Comissão de Fiscalização

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza nesta quarta-feira, a partir das 10h, audiência pública com os ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para debater detalhes sobre a chamada Ope-

ração Vampiro. Essa investigação, realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, apura suspeitas de irregularidades em processos de licitação de hemoderivados.

A suspeita do esquema de fraude em licitações foi denunciada por Humberto Costa em 18 de março do ano passado. Por meio de ofício encaminhado à Polícia Federal, o ministério informou que a empresa Baxter Expor Corporation denunciou que houve violação dos envelopes contendo as

propostas de preços de quatro licitações para a compra de hemoderivados.

Depois de um ano e dois meses investigando o caso, a Polícia Federal, em uma operação chamada Vampiro, determinou a apreensão de documentos em vários locais e a prisão de suspeitos, acusados de tráfico de influência, favorecimento de licitações e corrupção passiva. O requerimento propondo a audiência pública foi apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Proposta que institui as parcerias público-privadas está na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs). De autoria do Poder Executivo e relatado no Senado por Valdir Raupp (PMDB-RO), a proposta trata da contratação pelo Estado de serviços ou empreendimentos dividindo riscos com o setor privado e obtendo deste o financiamento.

O projeto (PLC 10/04) será examinado pela CAE na forma de substitutivo elaborado por Raupp como forma de aprimorar o texto aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), levando em consideração sua própria análise sobre o assunto e algumas das emendas de senadores.

– Observei uma clara demanda por maior ênfase na responsabilidade fiscal, melhor delimitação do campo de atuação das PPPs e elevação das garantias do setor privado – diz Raupp em seu relatório.

O senador decidiu propor que a nova lei determine, às sociedades que se formarem para constituir uma parceria, a adoção de contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas de acordo com normas a serem expedidas pelo Executivo. Essas sociedades ainda terão de comprovar que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais requeridas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, Raupp propõe que seja suprimido o artigo que permite aos empresários parceiros utilizarem precatórios (dívidas do Estado declaradas em sentenças judiciais) nas licitações. Já os pagamentos efetuados pelos parceiros privados não poderiam ser empregados pelo governo para custear despesas correntes.

Outra alteração é a de que o Poder Legislativo se manifeste “de modo impositivo” sobre a composição do órgão que fixa-



DECISÃO Valdir Raupp é relator do projeto, que pode ser votado amanhã

rá os procedimentos para a contratação de PPPs.

Também está em pauta o projeto (PLS 130/03) de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP) que obriga a administração pública nos níveis federal, estadual e municipal a divulgar em tempo real (Internet) informações pormenorizadas sobre a realização dos gastos orçamentários.

Paulo Octávio lembra fala de JK antes da cassação

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) homenageou na sexta-feira o ex-presidente Juscelino Kubitschek, ao recordar os 40 anos do histórico pronunciamento feito no Senado pelo fundador de Brasília no dia 3 de junho de 1964, quando denunciou que seria cassado pelo regime militar.

– Em 8 de junho de 1964, apenas cinco dias após esse pronunciamento, veio a cassação do seu mandato de senador e de seus direitos políticos. Era o fim da era JK, o fim dos tempos maravilhosos do Plano de Metas, do desbravamento, dos 50 anos em cinco, da construção de Brasília e do crescimento nacional – disse o parlamentar.

Ao agradecer a Juscelino Kubitschek, pelo Brasil e pelos brasileiros, Paulo Octávio lamentou que sua cassação tivesse representado o término de uma era e da saga política de um homem que poderia oferecer ainda muito ao país, com sua sabedoria política e espírito eminentemente democrático.

O senador lembrou ainda que, no

discurso, Juscelino agradeceu ao povo de Goiás que o elegeu, “prometendo ser fiel e vigilante no que diz respeito ao binômio democracia e desenvolvimento que orientou sua administração e direção política”.

Paulo Octávio também parabenizou, em seu pronunciamento, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.



OCASO Paulo Octávio diz que cassação de Juscelino significou o fim de uma era

Sarney elogia o discurso de posse de Nelson Jobim

■ Senador destaca a disposição do ministro de “desfazer vinculação do Judiciário à esfera política”

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou na sexta-feira, em Plenário, o discurso de posse do ministro Nelson Jobim na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador disse que o pronunciamento foi “notável” e que Jobim demonstrou “grande lucidez sobre o rumo que o Poder Judiciário deve tomar”, além de ter apresentado diretrizes para “um momento novo, compreendendo as transformações ocorridas no Brasil e que devem atingir a magistratura brasileira”.

Sarney destacou como “extremamente importante” a disposição anunciada pelo novo presidente do STF de trabalhar

para desfazer a vinculação do Judiciário à esfera política.

– Vi no discurso do ministro Nelson Jobim um ponto extremamente importante, porque toca numa ferida que é nossa: nós, políticos, temos que resolver nossos problemas, mesmo que de maneira dolorosa, dentro das nossas Casas, porque, no momento em que chamamos a Justiça para resolver os problemas políticos, estamos quebrando a estrutura que faz uma democracia moderna.

Segundo Sarney, essa situação foi criada durante o período da ditadura, quando os tribunais serviam de instância política.

– Penso ser esse um ponto sobre o qual devemos meditar. Que a Justiça fique na sua área, assim como a política também. É assim que funciona a democracia – observou Sarney.

O senador esclareceu que, historicamente, o Brasil teve, desde o Império, um poder para arbitrar as questões polí-



ATRIBUIÇÃO “Nós, políticos, temos que resolver nossos problemas”, lembra Sarney

ticas e manter o equilíbrio, exercido pelo imperador e pelo Senado, e que garantiu um processo sem rupturas. Com a República, esse poder foi substituído pelas Forças Armadas, que interferiam quando achavam que o jogo político estava errado, gerando um processo de intervenções arbitrárias e salvacionistas como as da juventude militar do movimento tenentista.

Viana: posse marca novo momento do Judiciário

Para o senador Tião Viana (PT-AC), a posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, representou momento distinto da história do Judiciário brasileiro. “Não é sempre que alguém com qualificação tão alta responde pela Suprema Corte do país. A presença de autoridades de todos os matizes ideológicos demonstra o respeito que Jobim tem da população”, disse ele.

– Não se trata de uma simples posse, pois Jobim é um patrimônio da inteligência brasileira; não é apenas um juiz, mas um acadêmico, um estudioso profundo do Direito e dos problemas nacionais, com uma visão estratégica do Estado nacional – afirmou Tião Viana, que



COMPETÊNCIA Tião Viana afirma que Nelson Jobim é patrimônio da inteligência brasileira

pediu a transcrição, nos Anais, do discurso proferido por Jobim na sua posse.

O compromisso de Jobim com os destinos da nação, segundo Viana, ficou evidente no discurso e deve assegurar um

período de bom convívio entre os Poderes da República. O senador destacou trecho do pronunciamento em que o novo presidente do STF aborda a questão judiciária como algo que precisa ser debatido não apenas pelos agentes que fazem o Poder Judiciário.

Na presidência da sessão, Eduardo Suplicy (PT-SP) associou-se à manifestação de Viana, acrescentando que a ministra Ellen Gracie assumiu a vice-presidência do STF.

Tião Viana apoiou o pronunciamento, momentos antes, de Pedro Simon (PMDB-RS) em defesa do Ministério Público, instituição que, para o senador acreano, tem servido como guardião da democracia, no combate à corrupção.

Pedro Simon alerta para risco de se esvaziar o MP

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou, sexta-feira, sua apreensão com a possibilidade de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) retirar do Ministério Público (MP) a prerrogativa de promover investigações criminais. Segundo Simon, a disposição do Ministério Público para investigar enfrenta ameaças que podem levar à desfiguração completa da instituição.

– Além dos projetos de “Lei da Mordacha”, que pretendem calar os procuradores, a imprensa noticiou nesses dias que uma decisão do Supremo pode acabar definitivamente com as prerrogativas do Ministério Público de promover investigações criminais. As consequências serão negativas em se tratando do combate à corrupção e ao crime organizado, principalmente do colarinho branco – advertiu.

O senador disse que o país está diante de uma situação que poderá se configurar no esvaziamento do Ministério Público, com a paralisação de investigações em curso e a possibilidade de que venham a ser declarados nulos outros processos, como a prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.



EFEITOS Para Pedro Simon, retirada de poderes do MP pode trazer consequências negativas



PODER Antero de Barros pede votação de projeto que assegura ao MP continuidade da função

Antero defende investigação pelo Ministério Público

Em discurso no Plenário, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) conclamou o Senado a votar com celeridade proposta que assegure ao Ministério Público (MP) a continuidade de sua função de investigar. Ele quer que a Casa aprove a matéria antes que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre a questão e pediu que seja dada ao tema a mesma prioridade que se está observando no caso da emenda que trata do número de vereadores (PEC 55/01).

Ele advertiu que o STF deve tomar a decisão sobre o MP nos próximos dias, para acrescentar que a sociedade brasileira perderá muito se forem tolhidas as funções do órgão.

– O grande risco nessa decisão da limitação dos poderes do MP está com relação ao futuro, ao presente e ao passado, porque, se ficar decidido na Suprema Corte que o Ministério Público não tem poderes para investigações, como ficam as investigações que desmontaram cartéis e cartéis do crime organizado em nosso país? Como ficam as investigações comandadas pelo MP em relação ao que se apurou no Espírito Santo, com relação às obras do TRT de São Paulo, com relação à situação do crime organizado em Mato Grosso? – questionou Antero.

Célio Azevedo



SOLUÇÃO Heloísa Helena afirma que há verbas para Previdência absorver impacto do aumento

Heloísa defende um reajuste do mínimo para R\$ 320

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) conclamou os senadores a votarem um salário mínimo de R\$ 320, sustentando que há verbas para serem remanejadas ou canceladas no Orçamento Geral da União deste ano para absorver o impacto do reajuste pela Previdência. Ela estimou que são necessários R\$ 4 bilhões para o governo federal arcar com esse aumento, que poderiam, inclusive, sair de uma eventual redução do superávit primário.

O Senado, na avaliação de Heloísa, demonstraria assim sua altivez e independência em relação ao Palácio do Planalto, contribuindo para que o presidente Lula possa cumprir o seu compromisso de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo nos quatro anos de governo. A senadora criticou o comportamento da maioria dos deputados que aprovou o mínimo de R\$ 260 e o processo de cooptação de votos semelhante ao que ocorria no governo passado.

Heloísa Helena anunciou o nome do novo partido que está organizando – Socialismo e Liberdade (Sol) – e lembrou as propostas que estão sendo defendidas na Casa para aumento do mínimo, como a de R\$ 300, sugerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Senado deve votar quatro MPs para liberar a pauta

■ Só após desobstruir a ordem do dia, senadores poderão decidir sobre MP que fixa salário mínimo em R\$ 260

O Plenário do Senado precisa votar esta semana quatro medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta, abrindo caminho para examinar a MP que elevou o salário mínimo para R\$ 260 e dezenas de projetos e emendas à Constituição. As quatro medidas provisórias não são polêmicas e constam da ordem do dia de amanhã.

A primeira delas, com prioridade sobre os outros assuntos, determina que o governo antecipará para os estados que sofrerem calamidades climáticas dinheiro da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Depois de votadas as quatro MPs, entrará em pauta o aumento do salário mínimo, assunto que vem provocando acirramento nos debates entre governistas e oposicionistas. O



DECISÃO Um dos projetos que esperam votação do Plenário é o que autoriza uso das Forças Armadas no combate ao crime organizado

PFL e o PSDB, de oposição, defendem um salário mínimo de R\$ 275. Na base governista, alguns senadores já se manifestaram contra os R\$ 260.

Para tentar convencer a própria base do governo da importância de a medida provisória do salário mínimo ser aprovada sem mudanças, como fez a Câmara dos Deputados, na última terça-feira, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deve se reunir com senadores petistas, como anunciou em Plenário Eduardo Suplicy (PT-SP). A MP do salário mínimo ainda não foi incluída na ordem do

dia, mas já foi lida em Plenário na sexta-feira e está pronta para votação.

As outras MPs que bloqueiam a pauta tratam dos seguintes assuntos: conta-investimento com isenção de CPME, crédito extraordinário de R\$ 1,4 bilhão para aumento do capital do Banco do Brasil e autorização à Eletrobrás para converter em capital créditos a receber da Companhia Energética do Maranhão (Cemar). Se aprovadas, os senadores poderão votar o projeto que autoriza o Exército a participar do combate ao narcotráfico (PLS 221/03).

Suplicy: há tempo para negociar salário maior

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse estar convicto de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe econômica manterão um “diálogo racional” com os senadores destinado a encontrar uma alternativa para que o valor do salário mínimo seja maior do que os R\$ 260 concedidos pelo Executivo. A medida provisória que fixa o reajuste já foi aprovada pela Câmara e deverá ser submetida ao Plenário do Senado este mês.

Suplicy entende que as autoridades econômicas e o ministro da Previdência Social, Amir Lando, devem ouvir e analisar



DIÁLOGO Equipe econômica deve ouvir argumentos dos senadores, diz Eduardo Suplicy

todos os argumentos dos senadores sobre as propostas que elevam o valor do salário mínimo. Em contrapartida, observou, o governo tem que usar de

argumentos necessários para tentar convencer que R\$ 260 é o limite que pode ser concedido. Por isso, classificou de importante a audiência a ser realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença dos ministros da área econômica, para debater o reajuste do mínimo.

Suplicy aproveitou a oportunidade para sugerir ao presidente Lula que antecipe a meta de extensão do programa Bolsa-Família para 2005 e não para 2006, como está previsto. Ele também leu trechos da conferência proferida por Lula na Universidade de Pequim.

Para Antero, governo admite que não vai cumprir meta

O próprio governo federal já admite que não vai cumprir a promessa, feita na campanha eleitoral de 2002 pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, de dobrar o valor do salário mínimo durante o seu mandato. A afirmação foi feita pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ao citar noticiário da imprensa em que o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, reconhece que a meta não será alcançada.

– Em que pese ser o mínimo insuficiente para diminuir a miséria, o governo vai lutar e, se necessário, usar seu denominado “rolo compressor” para aprovar a MP no Congresso – advertiu Antero, que pediu a transcrição, nos Anais do Senado, das diversas reportagens tratando da questão do salário mínimo levadas por ele à tribuna do Senado.

Segundo o senador de Mato Grosso, o governo deverá enfrentar muitas dificuldades para aprovar o salário mínimo de R\$ 260, pois, como ressaltou, “tanto a oposição quanto a base aliada, esta em especial, reagiram contra o novo valor e ameaçam mudar a proposta”.

Antero também comentou declarações, publicadas na imprensa, do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, criticando a postura do governo federal ao conceder um reajuste de apenas R\$ 20 no valor do mínimo, alegando falta de recursos no caixa do Tesouro.

– O governo tem dinheiro para aprovar um projeto no Congresso que implica na contratação de 3 mil funcionários sem concurso público, tem dinheiro para comprar avião de US\$ 50 milhões, mas não tem dinheiro para aumentar o salário mínimo – afirmou o senador, citando palavras do governador de São Paulo.

Romero Jucá elogia programa Soldado Cidadão

O programa Soldado Cidadão, instituído pelo governo federal para formar mão-de-obra entre jovens que não prestaram serviço militar, foi elogiado, em Plenário, pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele informou que, nos dois primeiros dias de inscrição em Roraima, seu estado, centenas de jovens candi-

dataram-se ao programa.

A iniciativa é uma parceria entre órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Confederação Nacional da Indústria (CNI) com o Exército brasileiro. Tem como objetivo capacitar jovens

não aproveitados no serviço militar. Durante a participação no programa, eles recebem um salário mínimo mensal, além de alimentação nos quartéis.

Supremo

Em nome da liderança do governo, Romero Jucá parabenizou o ministro Nelson Jobim pela posse como presidente do

Supremo Tribunal Federal (STF). Jobim substituiu no cargo o ministro Maurício Corrêa, que se aposentou. O senador afirmou ter certeza de que Nelson Jobim, como presidente, e a ministra Ellen Gracie, como vice-presidente do STF, farão uma gestão “dinâmica” à frente do Supremo.



ACERTO Projeto do governo visa à capacitação profissional de jovens, informa Jucá

Combate à espionagem eletrônica na pauta da CE

Comissão examina projeto do senador Tião Viana que amplia proteção aos usuários de computadores

A Comissão de Educação (CE) discute amanhã o projeto apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) que altera a lei sobre proteção de propriedade intelectual de programa de computador. A matéria recebeu parecer favorável, com emenda, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A proposição (PLS 87/04) assegura ao usuário de programas de computador o direito de conhecer a finalidade e não autorizar a instalação de rotinas ou programas acessórios. E considera crime de falsidade ideológica a instalação "dissimulada" desses aplicativos sem o consentimento consciente do usuário. Na justificativa do projeto, Viana admite que os pro-



HOMENAGEM Senadores da Comissão de Educação também devem votar proposta que denomina BR-020 de Presidente Juscelino Kubitschek

gramas acessórios podem ser úteis ao usuário, mas, em contrapartida, ele fica vulnerável à espionagem virtual, o que "é inaceitável".

A comissão deve deliberar ainda sobre dois projetos da Câmara (PLCs 7/04 e 13/03) que dão novas denominações a dois trechos rodoviários federais. A primeira proposição denomina a BR-020 (Brasília-Fortaleza) de Presidente Juscelino Kubitschek, e a segunda no-

meia a BR-242 (Bahia-Brasília), que atravessa a Chapada Diamantina e o Oeste Baiano, como Rodovia Milton Santos. As matérias receberam parecer pela aprovação dos relatores, respectivamente os senadores Aelton Freitas (PL-MG) e Valmir Amaral (PMDB-DF).

Outro item em pauta na CE é o projeto de lei da Câmara (PLC 29/04) que institui o 13 de dezembro como o Dia Nacional do Forró.



UTILIDADE Decisão da Anatel facilita o uso dos serviços, ressalta Roseana Sarney

Roseana elogia unificação dos números de emergências

A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) elogiou a decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de padronizar em todo o país os números de telefones para atendimentos de emergência e de serviços. Para ela, a providência é muito positiva, pois facilita a memorização de números fundamentais para que a população possa agilizar

providências para salvar vidas.

— A iniciativa da Anatel, que vigora desde o último mês de abril, deve servir de exemplo e modelo. Soluções simples como essa resultam em enorme facilidade para a vida de todos nós, que temos, a partir de agora, os mesmos números de emergências e serviços em todos os estados brasileiros — enfatizou Roseana.

Impostos sobre telefonia são "absurdos", diz Valmir Amaral

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) disse em pronunciamento que os impostos sobre serviços de telefonia no Brasil são os mais altos do mundo. Dependendo do estado, os percentuais podem variar entre 40% e 60%, valores que ele considerou absurdos.

Ele lembrou que, apesar de o Dia Internacional da Comunicação e das Telecomunicações haver transcorrido no último dia 17, o Brasil não tem muito a comemorar, levando em consideração os preços e o acesso aos serviços de telefonia.

A última Pesquisa de Orçamento Familiar realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirmou ele, revela que, em média, 30% do orçamento das famílias brasileiras são gastos com produtos com preços administrados, entre os quais se destaca o telefone. Uma análise do período que vai de 1995 até o fim do ano passado aponta que, apesar de a inflação ter ficado em 78%, os serviços de telefonia fixa tiveram tarifas aumentadas em 445%, ressaltou o senador.

Para Valmir Amaral, se o país



DESAFIO Para Valmir Amaral, país precisa democratizar acesso a serviços de telecomunicações

pretende ser mais integrado pelas comunicações e ter sintonia com o resto do mundo, é preciso democratizar o acesso aos serviços de telecomunicação.

Lobão defende urgência para votar PEC dos vereadores

O senador Edison Lobão (PFL-MA) sugeriu a rápida votação de proposta de emenda à Constituição (PEC) "que discipline com justiça e senso de realidade" o número ideal de vereadores no país. Ele advertiu que a urgência é necessária para não comprometer as próximas eleições municipais e lembrou que, conforme afirmou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Sepúlveda Pertence, a palavra definitiva sobre a matéria é do Congresso.

— A matéria veio à baila, como se sabe, por força de recente resolução do TSE, que, implementando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), limitou o número de vereadores nos municípios brasileiros, dos atuais 60.276 para 51.748. O presidente do TSE já alertou que a aprovação pelo Congresso Na-



CONSEQÜÊNCIAS Medida irá afetar as próximas eleições municipais, alerta Edison Lobão

cional de uma PEC fixando o número de vereadores eleitos em outubro deverá ocorrer até 30 de junho, prazo final para as convenções municipais — destacou o senador.

Lobão referiu-se ainda a alerta do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), assinalando que a alteração constitucional, neste momento, trará grandes dificuldades ao planejamento eleitoral dos partidos, que já está em pleno andamento nas várias legendas.

Marcos Guerra destaca importância dos negros no ES

Ao prestar homenagem à raça negra no mês em que se comemora a abolição da escravidão no Brasil, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) informou que será criado o roteiro turístico "Rota da Farinha" no Espírito Santo, dada a importância da herança negra para o estado. De acordo com o senador, a iniciativa integra o Projeto São Benedito, da prefeitura de Conceição da Barra, para o qual a Fundação Banco do Brasil destinou R\$ 146 mil. Marcos Guerra mencionou artigo do historiador capixaba Eliomar Carlos Mazoco, publicado no jornal *A Gazeta*, de Vitória, informando que no *Atlas do Folclore Brasileiro*, de 1980, foram localizados, em 16 municípios, 24 grupos de caxambus — manifestações de cultura popular de tradição africana, que ocorrem em maio, principalmente no sul do estado. O historiador ensina que "saber como andam esses grupos e buscar neles



"ROTA DA FARINHA" Marcos Guerra anuncia a criação de um novo roteiro turístico

as chaves da profunda tradição africana na cultura brasileira é um objetivo do novo mapeamento do folclore capixaba", afirmou o senador.

Outro historiador capixaba citado por Marcos Guerra, José Amaral Fernandes Filho, destaca que "Guarapari foi cenário de uma república negra durante cerca de 50 anos, entre os séculos 17 e 19". Segundo Fernandes Filho, que há quatro anos pesquisa fatos históricos relativos aos municípios de Guarapari e Anchieta, a república negra era constituída por cerca de 1.600 habitantes, que recebiam os visitantes de forma amigável, informou o senador.

Célio Azevedo



INEFICIÊNCIA Tourinho anuncia que quase cinco mil estações estão paralisadas

Tourinho pede informações sobre rede de hidrologia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou, na sexta-feira, requerimento com pedido de informações à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para subsidiar o Senado no exame do projeto de sua autoria (PLS 55/04) que propõe a transferência da responsabilidade pela Rede de Hidrometeorologia Nacional da Agência Nacional de Águas (ANA) para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que está no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Tourinho considera que a gestão da rede não vem sendo eficiente e argumenta que o país não pode prescindir de informações hidroclimáticas para realizar um planejamento adequado do setor energético.

– Para se ter uma idéia da dimensão da ineficiência, existem mais de cinco mil estações hidrometeorológicas sob administração da ANA, cuja produção de informações teria caráter estratégico se não fosse o fato de 4.840 estarem paralisadas, ou seja, cerca de 90% – denuncia o senador em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, edição de 26 de abril deste ano.

Em pronunciamento no Plenário, o senador ressaltou que seu objetivo é colaborar com o governo, pois, na medida em que existe no país sistema com capacidade de assegurar todas as informações e de forma confiável, podem ser evitados acidentes com populações ribeirinhas.

No requerimento, Tourinho questiona, por exemplo, quantas estações hidrometeorológicas estão sob a administração da ANA e quantas estão realmente em funcionamento.

Meio ambiente está interligado a todos os setores do governo, diz Sibá

Ao fazer um balanço da área ambiental, senador anuncia novo plano de metas para as florestas

Ao apresentar um balanço da atuação do Ministério do Meio Ambiente durante o primeiro ano e meio de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Sibá Machado (PT-AC) destacou em Plenário, na sexta-feira, a adoção, pelo Executivo, do conceito de transversalidade para as questões ambientais.

– A política ambiental praticada pelo governo tem buscado ser estruturante em relação



Célio Azevedo

AÇÃO CONJUNTA Sibá cita os acordos feitos com ministérios e outros órgãos do governo

às ações que envolvem os demais órgãos da administração. O objetivo é que a variável ambiental seja levada em consideração desde a fase de planeja-

mento de todas as ações governamentais, compatibilizando proteção ambiental e desenvolvimento econômico e social – afirmou Sibá.

Ele citou a adoção, pelo Ministério do Meio Ambiente, de “agendas bilaterais” com outros órgãos do governo, dentro do critério que chamou de transversalidade. O senador mencionou os entendimentos mantidos com o Ministério da Integração Nacional, para a elaboração do Plano Amazônia Sustentável; com o Ministério de Minas e Energia, para o desenvolvimento de energias renováveis e a redefinição nos empreendimentos energéticos na Região Norte; e com a Infraero, para o combate ao tráfico

de animais silvestres.

Sibá informou que está em elaboração o Plano Preliminar de Metas para o setor florestal, para o qual, segundo estimativas do governo, será necessário o investimento de R\$ 2,3 bilhões até 2007, dos quais R\$ 2,16 bilhões na forma de financiamento ao empreendedor e o restante por meio de investimentos públicos.

Ainda de acordo com o senador, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem atuado com sucesso no combate à exploração ilegal de madeira e à grilagem de terras na Amazônia, além de contribuir na capacitação para o manejo florestal.

Sarney quer política para áreas de livre comércio

O senador José Sarney (PMDB-AP) apresentou na sexta-feira projeto de lei que cria um plano de desenvolvimento para os municípios do entorno do Parque do Tumucumaque, no Amapá, e aproveitou o pronunciamento em Plenário para esclarecer o conteúdo de sua proposta de extensão de benefícios fiscais na Amazônia.

– Na realidade, o que ainda vamos ter que fazer é uma política para a Amazônia, não para a Área de Livre Comércio de Macapá nem para o estado do Amapá, mas para todas as áreas de livre comércio da Amazônia – afirmou.

Segundo o senador, as críti-

cas revelaram desconhecimento do real teor da proposta, e “um certo preconceito que se tem no Brasil” contra o Norte e o Nordeste.

Sarney defendeu a instituição de uma política nacional para a Amazônia visando, “entre outros objetivos, a sinergia dos empreendimentos naturais da região com o psicossocial dos amazônidas; e a adaptação das ações extra-Amazônia e suas resultantes locais à cultura e às vocações regionais, por meio de ações positivas no manejo florestal, na pesca, na caça, na aqüicultura, na mineração, na pecuária, na agricultura e no turismo”.



Divulgação

Preocupados com a votação dos projetos de interesse da área ambiental, a presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o presidente da Subcomissão do Meio Ambiente, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), reuniram-se com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no último dia 2. O encontro ocorreu no ministério. Eles discutiram projetos relacionados à Mata Atlântica, à gestão de florestas, aos transgênicos e à biossegurança.

Cuiabá-Santarém pode mudar conceito social

A pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) poderá ser uma experiência inteiramente nova no Brasil, com a construção de uma relação harmônica entre as populações tradicionais da região e as novas e múltiplas possibilidades de crescimento econômico, evitando a destruição do meio ambiente. A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), ao fazer essa avaliação, ressaltou a contribuição que as entidades ambientalistas estão dando para evitar que essa rodovia sofra os problemas que aconteceram com a Transamazônica e a Belém-Brasília.

A senadora informou os resultados do encontro de ambientalistas, realizado em Brasília, com sugestões para o desenvolvimento sustentável na região. Foi considerada de fundamental importância, segundo ela, a implementação de um zoneamento ecológico-econômico, instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial para obter sustentabilidade. Outra questão, informou, foi o fortalecimento das políticas fundiárias para a produção familiar, possibilitando que os pequenos e médios produtores tradicionais permaneçam na região, evitando, assim, a migração que ge-



José Luiz

MODERNIDADE Serys destaca relação dos moradores com crescimento econômico

ralmente ocorre com a chegada dos grandes grupos econômicos.

Segundo Serys, o debate também incluiu alternativas para barrar o desmatamento e a devastação da floresta amazônica, com destaque para ações emergenciais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 17 municípios de Mato Grosso.

Os participantes do encontro, conforme Serys, também ressaltaram a importância da criação do Pólo Proambiente, que está sendo discutido na região. Ela informou que o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, colocará à disposição, em junho, uma agência de negócios para expandir e consolidar as cadeias produtivas da região.

Alerta contra exploração de estagiários

O Especial Cidadania de hoje traz informações aos estudantes brasileiros que são estagiários ou que estão à procura de estágio. Diferentemente dos outros trabalhadores, os estagiários não possuem direitos como férias, décimo terceiro ou fundo de garantia, por exemplo. Em decorrência, muitas empresas utilizam a mão-de-obra de estudantes, por meio do contrato de estágio, para fugir dos encargos trabalhistas, como a contribuição previdenciária.

Esse tipo de fraude, cada vez mais comum, fez com que o governo federal criasse, no ano passado, um grupo interministerial formado por membros dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Previdência Social, além do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para propor mudanças na legislação. Assim, em agosto de 2003 o grupo apresentou anteprojeto propondo alterações na Lei do Estágio, de 1977.

Para Marcelo Campos, assessor do Ministério do Trabalho e integrante do grupo, houve uma flexibilização excessiva na legislação, o que permite, por exemplo, que estudantes do nível médio, sem qualquer formação, sejam usados para substituir mão-de-obra permanente. “O estagiário não pode substituir o trabalhador. O estágio deve servir para aperfeiçoar a qualificação do estudante”, afirma Campos.

Sugestões

O anteprojeto apresentado pelo grupo prevê jornada de trabalho de no máximo seis horas diárias para o estudante do nível superior e de três horas para o do ensino médio. Estabelece ainda que haja relação entre o conteúdo do estudo e o trabalho realizado; supervisão por parte de um professor; recesso após seis meses de estágio; e um limite de contratos de estágio por empresa.

Campos recomenda aos estudantes que procurem o plantão fiscal de uma delegacia do trabalho, caso se sintam prejudicados. Pelo serviço Alô Trabalho, do MTE, é possível obter o endereço da delegacia mais próxima.

Consultadas, as assessorias de imprensa da Casa Civil, do Ministério da Previdência e do MTE não souberam informar quando o projeto será encaminhado ao Congresso.



CONTRATO O CIEE é uma das empresas que realizam seleção de alunos regularmente matriculados

Legislação regulamenta atividade

O estágio em empresas públicas ou privadas, realizado por estudantes de estabelecimentos de ensino superior ou de ensino profissionalizante de segundo grau e supletivo, regularmente matriculados, foi reconhecido em 1977 pela Lei 6.494, conhecida como Lei do Estágio. Em 1994, foi aprovada a Lei 8.859, estendendo os benefícios aos alunos de educação especial (portadores de deficiências físicas ou mentais).

Já o estágio supervisionado ou curricular foi regulamentado pelo Decreto 87.497/82. Essa é uma atividade de competência da instituição de ensino, que deve definir a carga horária e a duração da formação, que não poderá ser inferior a um semestre. O decreto impede que seja cobrado do estudante qualquer taxa para a realização do estágio curricular. Esse tipo de aprendizado consta ainda da Lei 9.394/96, que definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Medida Provisória 2.164-41/01

alterou a Lei 6.494 e permitiu a estudantes de ensino médio participarem de programas de estágio. A MP tem sido reeditada, já que ainda não foi votada pelo Congresso.

As leis editadas posteriormente não alteraram as regras estabelecidas na Lei do Estágio, que não especifica a jornada mínima ou máxima de trabalho, mas determina que seja compatível com o horário escolar. O contrato do estagiário deve ser mediante a assinatura de termo de compromisso entre o estudante e a empresa, com a participação da instituição de ensino. Além disso, a empresa contratante deve providenciar seguro contra acidentes pessoais. A remuneração, por meio da bolsa-auxílio, não é obrigatória e o estágio não configura vínculo empregatício.

Em tramitação

Há várias propostas em tramitação prevendo alterações na Lei do Estágio. Entre elas, o Projeto 6.441/02, da deputada Ana Corso (PT-RS),

que prevê a obrigatoriedade de estágios, em rádios e televisões comunitárias, para alunos do curso de Comunicação Social das universidades públicas. O Projeto 982/95, de autoria do então deputado e atual senador Paulo Paim (PT-RS), inclui na Lei 6.494/77 dispositivo para exigir a fiscalização das atividades dos estagiários. Já a proposta do senador Marco Maciel (PFL-PE) prevê a responsabilidade da empresa concedente de assegurar ao estagiário a cobertura contra acidentes pessoais (PLS 4.065/93). Há ainda a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que assegura o cômputo do tempo exercido em estágio para fins de contagem de aposentadoria (PEC 16/04). Outro projeto (PLS 47/02), do então senador Carlos Wilson, institui o estágio como prestação de serviços profissionais comunitários correlatos ao curso do aluno.

Informações úteis

Ministério da Educação

Fala Brasil: 0800 61-6161
www.mec.gov.br

Conselho Nacional de Educação
(61) 244-0668 e 2104-6339

Ministério do Trabalho

Alô Trabalho: 0800 61-0101 para as regiões Sul, Centro-Oeste, Acre e Rondônia e 0800 285-0101 demais localidades – www.trabalho.gov.br

Ministério da Previdência

PrevFone: 0800 78-0191
www.previdencia.gov.br

União Nacional dos Estudantes (UNE)

São Paulo: (11) 5574-7821
Rio de Janeiro: (21) 2205-4527 e 3235-6455

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)

(11) 5084-2421 e (11) 5539-0044
Endereços da UNE e da Ubes:
São Paulo: Rua Vergueiro, 2485 – Ana Rosa – São Paulo (SP) 04101-200
Rio de Janeiro: Rua do Catete, 243 – Catete – Rio de Janeiro (RJ)

Estagiários

(11) 3889-0333
www.estagiarios.com

Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)

(11) 3046-8211
www.ciee.org.br

Núcleo Brasileiro de Estágios (Nube)

(11) 3120-6669
www.nube.com.br

Aprendiz – Guia de Empregos

www2.uol.com.br/aprendiz/guiaempregos/index.htm

PROGRAMAS DE ESTÁGIO NO CONGRESSO

Senado Federal

www5.senado.gov.br/saes
estagio@senado.gov.br
(61) 311-3107

Câmara dos Deputados

www.camara.gov.br/internet/diretoria/Cefor/estagio/estagios2003.asp
(61) 216-7677

Presidente de agência de integração dá dicas aos estudantes

A seleção e contratação de estagiários ocorre, geralmente, por meio das agências, como o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Só pela instituição há cerca de 250 mil estagiários trabalhando no Brasil. Luiz Gonzaga Bertelli, presidente-executivo do CIEE, dá dicas aos estudantes:

Qual é o melhor momento para o estudante procurar estágio?

O quanto antes, melhor. A importância do estágio não se limita à inclusão profissional de jovens no mercado de trabalho. É ainda uma importante ferramenta de orientação profissional. Os jovens não só confirmam sua opção de carreira, mas também aprendem noções bá-

sicas de comportamento, hierarquia e convivência.

Qual o valor do estágio para a carreira profissional do aluno?

Pesquisa realizada pelo CIEE em 2003 mostrou que 64% dos estudantes são efetivados pela empresa onde realizaram estágios. Também pudemos identificar a questão social que envolve tal experiência: 70% dos estagiários ouvidos revelaram que aplicam suas bolsas-auxílio no pagamento de mensalidades escolares. Ou seja, se não fosse pelo estágio, esses jovens não conseguiriam estudar.

Quais as áreas em que há maior procura para estágio?

As áreas que tradicionalmente

mais contratam são aquelas caracterizadas por um currículo generalista. Podemos citar, portanto, Administração, Engenharia, Direito e Comunicação Social como as carreiras que mais abrem oportunidades de estágio. Já algumas das carreiras que menos absorvem estagiários são: ciências sociais, artes, licenciaturas e áreas da Saúde.

O pagamento da bolsa-auxílio é obrigatório?

Não. O valor da bolsa-auxílio é determinado pelo mercado. Podemos estimar uma média de R\$ 450 para os estágios de ensino médio e R\$ 650 para os do ensino superior, sempre ressaltando que esse valor não é fixo.

Como deve ser a jornada de trabalho do estagiário?

Em hipótese alguma a experiência do estágio pode atrapalhar a vida escolar dos estudantes. Recomendamos que a carga horária não exceda 40 horas semanais.

É possível contratar, como estagiário, um estudante que terminou o curso?

Não. De acordo com a legislação, um estagiário só pode ser contratado se o candidato tiver acima de 16 anos e estiver regularmente matriculado numa instituição de ensino (médio, profissional ou superior). A lei beneficia ainda os estudantes do ensino especial (portadores de deficiência).